

Governo dobra valores pagos a agricultor prejudicado pela seca

Medida provisória publicada hoje aumenta o Auxílio Emergencial Financeiro e o adicional do Garantia-Safra pagos às famílias da região de atuação da Sudene

Uma medida provisória publicada hoje ampliou o valor adicional incluído no benefício Garantia-Safra para a safra 2011—2012. O benefício, que garante a sobrevivência de agricultores de localidades atingidas por seca ou excesso de chuva, subiu de R\$ 280 para R\$ 560 por família, pagos em quatro parcelas mensais.

A Medida Provisória 603/13 altera a MP 587/12, que já autorizava um adicional ao benefício e ao Auxílio Emergencial Financeiro. A MP de 2012 também havia ampliado esse auxílio, destinado às famílias de agricultores que passaram por situações de desastres naturais, para R\$ 320 por família.

A medida autoriza, ainda, a Companhia Nacional de

Abastecimento (Conab) a adquirir excepcionalmente em 2013 até 300 mil toneladas de milho em grãos, a preço de mercado, por meio de leilões públicos para a recomposição dos estoques públicos para a venda direta a pequenos criadores de aves, suínos, bovinos, caprinos e ovinos da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Estiagem

A Presidência da República editou, também hoje, a MP 604/13, abrindo crédito extraordinário de mais de R\$ 361 milhões para os Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional.

O crédito será destinado ao pagamento dos adicionais



Agricultor cuida de vaca no semiárido de Pernambuco: medida provisória socorre famílias da zona rural afetadas pela seca

feitos pela MP 603/13 ao benefício Garantia-Safra e ao Auxílio Emergencial Financeiro.

O benefício Garantia-Safra, concedido por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, tem o objetivo de garantir condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares que passam por falta ou excesso de água.

O seguro indeniza as famílias

que, tendo aderido ao Fundo Garantia-Safra, sofrem perda de pelo menos 50% da produção de feijão, milho, arroz, mandioca ou algodão.

Em novembro, como a seca se estendeu além do esperado, o governo concedeu, pela MP 587/12, o benefício adicional de R\$ 280 no Garantia-Safra. A MP também ampliou o valor do Auxílio Emergencial Financeiro

em R\$ 160. A ampliação do adicional pela MP 603/13 em cada um desses programas se deve ao agravamento da seca. O percentual de 1% que o agricultor paga para aderir ao benefício não incidirá sobre os adicionais. O agricultor que já pagou R\$ 6,80 ao aderir ao programa não terá de pagar mais nada para receber as parcelas adicionais.

Congresso apoia concurso para estação antártica

A Frente Parlamentar de Apoio ao Programa Antártico Brasileiro (Proantar) está entre as entidades que apoiam o concurso de arquitetura promovido pela Marinha e pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) para escolher o melhor projeto para as instalações da estação científica brasileira na Antártica. O evento de lançamento será realizado amanhã, às 11h, na sede do IAB, no Rio, e contará com a presença de parlamentares.

Em fevereiro do ano passado, parte da Estação Comandante Ferraz foi atingida por um incêndio, provocando a morte de dois militares.

O concurso será aberto à participação de arquitetos brasilei-

ros e estrangeiros associados a escritórios brasileiros. O caráter internacional tem como objetivo promover um intercâmbio de conhecimento e estimular a inovação tecnológica.

Para que a Estação Comandante Ferraz incorpore todos os requisitos técnicos e ambientais, será exigida a formação de uma equipe constituída por especialistas de diversas áreas, sob a coordenação do arquiteto responsável pela elaboração do projeto.

Com o apoio da frente parlamentar, o concurso envolverá a Marinha, os Ministérios do Meio Ambiente e da Ciência, Tecnologia e Inovação e instituições de ensino e pesquisa engajadas no plano de recons-

trução da estação científica.

A desmontagem das edificações anteriores da estação foi concluída no último dia 12, data em que foi comemorado o 31º aniversário do Proantar. A previsão é que a licitação da obra ocorra este ano.

Localizada na Ilha Rei George, a Estação Comandante Ferraz começou a operar em 1984, para viabilizar estudos do ambiente antártico por meio do Proantar. A estação é utilizada por estudiosos de diversas áreas do conhecimento, como oceanografia, meteorologia, biologia, geologia e química.

Em 2012, o orçamento para o Proantar foi de R\$ 49 milhões. Para este ano, a previsão é de R\$ 29,8 milhões, embora a reconstrução da estação demande recursos de cerca de R\$ 100 milhões.

A Frente Parlamentar de Apoio ao Proantar foi constituída em 2007, com o objetivo de atuar junto aos órgãos competentes para auxiliar o programa. Atualmente, o grupo abrange 54 senadores e 121 deputados, tendo o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) como presidente e a deputada Jô Moraes (PCdoB-MG) como vice-presidente.

PEC impede que governo contingencie verba orçamentária das Forças Armadas

Está pronta para ser incluída na ordem do dia a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 53/04, que proíbe por dez anos o contingenciamento orçamentário de recursos destinados a programas de reaparelhamento, modernização, pesquisa e desenvolvimento tecnológico das Forças Armadas.

Do senador licenciado Marcelo Crivella (PRB-RJ), a proposta tramita em conjunto com a PEC 85/03, do ex-senador Demóstenes Torres. O relator, Pedro Simon (PMDB-RS), opina pela rejeição desta última e a aprovação da primeira. Ele destaca que a PEC 53/04, além de ter sido “também inscrita por boa parte dos signatários” da outra proposta, limita a vigência da emenda. Para o relator, a fixação de um prazo evita



Texto acatado na CCIJ chega a Plenário com parecer favorável de Simon

que a medida seja criticada por abrir exceção por tempo indeterminado em favor de só um segmento de governo.

As justificações das duas propostas destacam a falta de recursos para investimento, que resulta no sucateamento dos meios militares.

Cidadãos opinam sobre o processo legislativo 2

Senado oferece vários meios de interação 2



Audiência pública no Senado, em 2012, sobre reconstrução da estação científica

Novas tecnologias facilitam participação na atividade legislativa e opinião, por meio de serviços como Portal e-Cidadania, Alô Senado, Ouvidoria, DataSenado e outros

Senado investe em comunicação para cidadãos se manifestarem

O SENADO CONTINUA investindo em canais para que o cidadão tenha a oportunidade de manifestar opinião e influenciar nas decisões da Casa. Além da possibilidade de entrar em contato com cada senador, por meio de telefones e e-mails disponíveis no portal do Senado (www.senado.leg.br), o eleitor pode opinar sobre matérias em tramitação, participar de debates ao vivo e até propor alteração em projetos de lei.

Pela internet, por ligações telefônicas gratuitas ou pessoalmente, o brasileiro pode utilizar serviços como Portal e-Cidadania, Alô Senado, Serviço de Informação ao Cidadão, Ouvidoria e DataSenado (veja quadro abaixo).

Iniciativa popular

Há ainda formas tradicionais de o cidadão interagir com o processo legislativo. Uma delas é a chamada legislação participativa. Uma das atribuições da Comissão de Direitos Humanos (CDH) é receber sugestões de projetos de lei encaminhados por associações, fundações, partidos políticos sem representação no Congresso e organizações civis de natureza jurídica própria e sem fins lucrativos.

Essas sugestões, se aprovadas pela CDH numa primeira análise, passam a tramitar como qualquer outra proposição, na forma de projeto de lei de iniciativa da comissão.

Um exemplo bem sucedido de legislação participativa em 2012 é o processo que resultou na Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, fruto de uma sugestão da Associação em Defesa do Autista. Acolhida como PLS 168/11, a sugestão foi aprovada no Senado e na Câmara e

acaba de ser sancionada.

Outra forma são os projetos de lei de iniciativa popular. A apresentação precisa de cerca de 1,4 milhão de assinaturas, para atender os requisitos constitucionais: 1% do eleitorado nacional, provenientes de no mínimo cinco estados, com pelo menos 0,3% do eleitorado de cada um desses estados.

Como o número de assinaturas é muito grande, os projetos com grande apoio popular acabam sendo adotados por parlamentares ou pelo Executivo, que os apresentam em seu nome. Por isso, propostas em tramitação no Senado visam a facilitar o processo.

A PEC 53/12, apresentada em outubro pelo ex-senador Tomás Correia, estabelece exigência de assinaturas de apenas 1% dos eleitores do estado em que se deu a iniciativa. A PEC tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde aguarda designação de relator.

— Com a alteração, vamos facilitar para que cada estado tenha condições de participar da propositura de projeto de lei de iniciativa popular — disse Tomás Correia em discurso no Plenário, no mês de novembro.

Assinatura eletrônica

Também na CCJ, aguarda designação de relator proposta que permite a assinatura eletrônica para declarar apoio a projeto de iniciativa popular. O PLS 129/10, da ex-senadora Serys Slhessarenko, altera a Lei 9.709/98.

O texto possibilita também que tramitem na Câmara dos Deputados, na forma de sugestão legislativa, aqueles projetos que não alcançarem o apoio mínimo do eleitorado. A proposta já foi aprovada pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).



Atendimento presencial é um dos canais de informações ao cidadão

Sugestão popular pelo Portal e-Cidadania

Lançado em maio, o Portal e-Cidadania já recebeu mais de 200 propostas de lei e cerca de 140 sugestões de debates. Para apresentar uma ideia, basta preencher formulário on-line. Não é preciso conhecimento de técnica legislativa nem se identificar. A proposta passa por avaliação técnica sobre constitucionalidade e possível duplicidade. O cidadão pode também comentar projetos e participar de audiências por telefone, Facebook ou Twitter, quando a reunião é interativa. Para isso, foram incluídos os ícones “Opine” e “Participe”.

O presidente do Senado, José Sarney, disse que o e-Cidadania colabora para a transparência pública.

— O portal é uma forma de permitir que a sociedade conheça melhor o processo legislativo e fiscalizatório, além de viabilizar a participação do cidadão com sugestões — afirmou.

O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), disse que o Senado mostra que está à frente do seu tempo.

— Para mim, é a chamada democracia direta, que tanto defendi que fosse colocada em prática na Casa.

Serviço telefônico antecipou exigências da Lei de Acesso à Informação

Em relação à Lei de Acesso à Informação (Lei 2.527/11), que assegura o direito de solicitar informações públicas com resposta em até 30 dias, o Senado está adiantado. Desde 1997, oferece o Alô Senado, que também permite participação em debates, audiências e programas da TV Senado.

Ano passado, a Casa lançou o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), com um balcão de atendimento próximo ao Plenário. As solicitações são convertidas em processo formal e respondidas em até 30

dias e os pedidos de informação também podem ser feitos no Portal da Transparência.

O cidadão pode ainda se manifestar pela Ouvidoria, implantada em junho de 2011 para receber sugestões, críticas, reclamações, denúncias e elogios. A coordenadora, Regina Fontes, explica que todas as demandas são respondidas no prazo máximo de 30 dias.

Há também o DataSenado, serviço da Secretaria de Pesquisa e Opinião (Sepop) que faz pesquisas e enquetes por telefone ou internet.

Onde e como interagir



Portal e-Cidadania

Apresentar propostas de lei, sugerir debates e opinar
▶ www.senado.gov.br/ecidadania



Alô Senado

Requerer informações sobre o Senado e o Congresso Nacional
▶ Ligação grátis para 0800 612211 (de segunda a sexta-feira, de 8h às 19h)
▶ www.senado.gov.br/alosenado



Serviço de Informação ao Cidadão

Solicitar informações em até 30 dias pelo processo formal da Lei de Acesso à Informação
▶ Posto de atendimento perto do Plenário do Senado
▶ www.senado.gov.br/transparencia/formtransp.asp



Ouvidoria

Enviar sugestões, críticas, reclamações, denúncias e elogios sobre atividades administrativas e legislativas do Senado
▶ telefones 0800 612211 e (61) 3303-1791
▶ www.senado.gov.br/ouvidoria



DataSenado

Consultar pesquisas e enquetes sobre o trabalho parlamentar, votações, projetos de lei e outros temas
▶ www.senado.gov.br/datsenado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

Primeiro-vice-presidente: Anibal Diniz

Segundo-vice-presidente: Waldemir Moka

Primeiro-secretário: Cícero Lucena

Segundo-secretário: João Ribeiro

Terceiro-secretário: João Vicente Claudino

Quarto-secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burler

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333